

Osório quer recursos do DF sob exame

O Fundo de Desenvolvimento do DF, uma fonte de recursos provenientes do ICM arrecadado pela União com o trigo importado, já foi definido pelo governo e a comunidade sequer foi consultada sobre as prioridades sociais que merecem atenção especial. Em 87, o Fundef representará Cz\$ 467 milhões e, deste total, não há um só centavo destinado a soluções de graves problemas como as invasões do Paranoá e da Vila dos Parafusos ou a construção da ponte do Lago Norte.

A denúncia foi feita, ontem, pelo candidato a senador, Osório Adriano, do PFL, ao examinar o tema reservado ao Fundef na proposta orçamentaria elaborada pelo governo para o próximo ano:

— "Não é sequer uma questão de entrar-se no mérito das prioridades estabelecidas para o uso desta preciosa fonte de recursos que é o Fundef. O problema é que este fundo não é propriedade do governo mas, ainda assim, a comunidade, em nenhum momento, foi informada ou consultada neste processo decisório. Não houve intervenção de qualquer entidade de representação de classe na questão" — afirmou o candidato.

Certo de que essa situação tem de mudar com a eleição dos deputados e senadores pelo Distrito Federal, o candidato Osório Adriano ressaltou que o GDF, na verdade, não inovou em nada com esta posição, mas apenas repetiu uma rotina que vem se perpetuando em todos os últimos governos. "A bancada do DF que se elegerá para a Assembleia Constituinte deverá trabalhar para acabar com este sigilo na programação de orçamento e na distribuição de recursos do Fundef", defende o candidato do PFL. "O público fica colocado à margem, sendo o último a saber", acrescentou.

Segundo Osório o Fundef em 87 está dividido em duas partes: a primeira, sob a rubrica de aplicações sem retorno, alcança o total de Cz\$ 336,9 milhões. A segunda, na forma de financiamentos a cargo do BRB, será de Cz\$ 130,6 milhões.

A partir disso diz que "não estamos mais em tempos de tolerar tais liberdades e nem o poder público pode alegar qualquer motivo para omitir do povo seu direito de opinar nesta questão", defende Osório Adriano.